

SUMÁRIO

PREFÁCIO — <i>José Roberto Freire Pimenta</i>	13
INTRODUÇÃO	17
1. A IMPORTÂNCIA DA TUTELA METAINDIVIDUAL E O PAPEL DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES	
1.1. Surgimento do Estado Democrático de Direito	21
1.2. Breve noção de direitos fundamentais	25
1.3. Os direitos fundamentais sociais trabalhistas	28
1.4. Abrangência e extensão dos direitos fundamentais	33
1.5. A necessidade da efetividade da tutela jurisdicional para a garantia dos direitos fundamentais	39
1.6. O papel da tutela metaindividual na efetividade dos direitos fundamentais diante da alteração estrutural da sociedade e a evidenciação dos interesses transindividuais	46
1.7. A tutela metaindividual e os direitos sociais fundamentais trabalhistas no Brasil ...	55
1.8. A ação civil pública trabalhista	61
2. OS INTERESSES E DIREITOS METAINDIVIDUAIS	
2.1. Interesses individuais e interesses coletivos	65
2.2. Interesses ou direitos?	67
2.3. A classificação dos direitos metaindividuais: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	69
2.3.1. Direitos ou interesses difusos	70
2.3.2. Direitos ou interesses coletivos	72
2.3.3. Direitos ou interesses individuais homogêneos	74
2.4. Os direitos metaindividuais no direito do trabalho	76
2.4.1. Direitos ou interesses difusos trabalhistas	76
2.4.2. Direitos ou interesses coletivos trabalhistas	77
2.4.3. Direitos ou interesses individuais homogêneos trabalhistas	78
2.5. Quadro comparativo dos interesses ou direitos metaindividuais	80

3. COMPETÊNCIA PARA APRECIÇÃO E JULGAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

3.1. Competência material	81
3.2. Competência funcional	83
3.3. Competência territorial	83
3.3.1. Posição do TST	86

4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

4.1. Legitimidade	91
4.1.1. Legitimidade do Ministério Público	95
4.1.2. Legitimidade das associações e dos sindicatos	100
4.1.3. Legitimidade dos demais colegitimados	103
4.2. Interesse processual	104
4.3. Possibilidade jurídica do pedido	106
4.4. A prevalência e a superioridade nas ações coletivas de tutela a direitos individuais homogêneos	109

5. ATUAÇÃO PROCESSUAL DO ENTE LEGITIMADO E DO INDIVÍDUO NO PROCESSO COLETIVO

5.1. Atuação do ente legitimado	115
5.1.1. Desistência e abandono da ação pelos colegitimados	115
5.1.2. Transação/conciliação	116
5.2. Litisconsórcio e assistência	118
5.2.1. Litisconsórcio entre os colegitimados	119
5.2.2. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	120
5.2.3. Intervenção individual dos indivíduos lesados	123
5.2.3.1. Aceitação da intervenção individual	124
5.2.3.2. Natureza da intervenção individual	126
5.2.3.3. Atuação do interveniente individual e seus limites	128

6. LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO

6.1. Litispendência	132
6.1.1. Litispendência entre ações coletivas	132
6.1.2. Litispendência entre ação coletiva e ação individual	134
6.2. Coisa julgada	141
6.2.1. A coisa julgada coletiva segundo a natureza do direito tutelado	142

6.2.2. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva	144
6.2.3. Extensão da coisa julgada coletiva	146
6.2.3.1. Alteração do art. 16 da LACP pela Lei n. 9.494/97	147
6.2.3.2. O art. 2 ^o -A acrescentado à Lei n. 9.494/97 pela Medida Provisória n. 2.180-35/01	151
7. PROVIMENTOS JURISDICIONAIS E SUA EFETIVAÇÃO NO PROCESSO COLETIVO	
7.1. Tutela jurisdicional diferenciada	153
7.1.1. Tutela específica	155
7.1.1.1. Mecanismos processuais de efetivação da tutela específica ..	159
7.1.1.1.1. Meios coercitivos	159
7.1.1.1.2. Meios sub-rogatórios	161
7.1.2. Antecipação de tutela	163
7.2. Tutela ressarcitória em pecúnia	168
8. PARTICULARIDADES DA LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA	
8.1. Liquidação e execução de sentença coletiva para tutela de direitos difusos e coletivos	172
8.2. Liquidação e execução de sentença coletiva para tutela de direitos individuais homogêneos	173
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187